

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.106 - PR (2019/0354369-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : GEOVANE CERANTO ALBERGARIA
ADVOGADO : FERNANDO BOBERG - PR028212
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por GEOVANE CERANTO ALBERGARIA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, proferido no julgamento do HC n. 0049431-21.2019.8.16.0000, que ficou assim resumido (fls. 35/38):

HABEAS CORPUS. CRIMES DE FALSIDADE IDEOLÓGICA E ESTELIONATO (ARTS. 299 E 171, AMBOS DO CÓDIGO PENAL). AUTORIDADE COATORA. MINISTÉRIO PÚBLICO. COMPETÊNCIA DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CONHECIMENTO DO WRIT. ROGATIVA DE TRANCAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL POR AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA DECORRENTE DE ATIPICIDADE DA CONDUTA. NÃO ACOLHIMENTO. DECLARAÇÕES ALEGADAMENTE FALSAS EM PETIÇÃO INICIAL QUE PODEM AMPARAR CLASSIFICAÇÃO DE OUTROS CRIMES, TAIS COMO ESTELIONATO E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. NECESSIDADE DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR. NÃO EVIDENCIADO ABUSO DE PODER OU ILEGALIDADE. ENTENDIMENTO NÃO PACIFICADO NAS INSTÂNCIAS SUPERIORES. ELEMENTOS DE ILEGALIDADE NÃO CONFIGURADOS A DESAFIAR CONTROLE ANTECIPADO POR ESTE TRIBUNAL. COGNIÇÃO LIMITADA. ORDEM DENEGADA.

1. O trancamento pela via estreita do habeas corpus é medida excepcional e somente se admite quando há flagrante ilegalidade constatada de plano, tais como: atipicidade de conduta, ausência de condições de procedibilidade, causa extintiva da punibilidade, ou, ainda, inexistência de indícios de autoria e materialidade; o que não se constata no presente caso.

2. Em 08.10.19, manifestou-se o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA acerca da matéria analisada neste writ: “(...) Ocorre que toda a argumentação aqui deduzida, qual seja, de que a petição inicial não pode ser considerada documento para configuração do delito de falsidade ideológica, está calcada em entendimento jurisprudencial, sendo prudente que a questão seja melhor analisada num momento oportuno, sobretudo porque não se verifica urgência para análise em sede de pedido liminar. (...)” - (Habeas Corpus nº 537.661-PR, Ministra Laurita Vaz – 08.10.2019).

3. Em recentíssima decisão (16.10.2019), ao analisar liminar do HC 539.930, referente a inquérito instaurado para os fins do art. 299 CP, desta Câmara, Relatoria do DESEMBARGADOR JOSÉ CARLOS DALACQUA, o Ministro JORGE MUSSI, que indeferiu de plano o writ, registrou a tendência daquela Corte Superior ao firmar: “Ademais, não obstante esta Corte Superior de Justiça entenda que a 'petição inicial contendo indicação incorreta de endereço não é considerado documento para fins de tipificação do crime de falsidade ideológica', mesmo posicionamento adotado 'para a hipótese de inserção de dados inverídicos em declaração de hipossuficiência', há peculiaridades que afastam o referido entendimento jurisprudencial, como quando 'constam dados falsos em 3 (três) procurações e em 3 (três) declarações de hipossuficiência de pessoas totalmente distintas, que sequer se conhecem, aliado à informação de que há diversos outros processos com os mesmos dados, não podendo ser considerado um fato isolado, o que demonstra a habitualidade na conduta da agravante na referida prática, a afastar a aplicação do princípio da insignificância' (AgRG no HC 473.361/SP, Rel. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 06/03/2019), circunstância que afasta a plausibilidade jurídica do pleito ora formulado, reforçando a impossibilidade de conhecimento deste remédio constitucional”.

No presente recurso, reitera a defesa as alegações da impetração originária no sentido de inexistir justa causa para investigação por atipicidade da conduta imputada.

Requer, em sede liminar e no mérito, seja "*concedida a ordem de Habeas Corpus, a fim de determinar-se o trancamento da investigação determinada pelo ofício 316/2019 do Ministério Público de mov. 1.3 pág. 8 dos autos de IP 0005806-60.2019.8.16.0153 que o investiga por ter proposto as, acima referidas, 6(seis) ações do Juizado Especial Cível de Santo Antônio da Platina -PR*" (fl. 105).

Liminar indeferida às fls. 126/128.

Informações prestadas às fls. 132/135.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso, conforme parecer de fls. 144/155.

É o relatório.

Decido

São estes os fundamentos do acórdão atacado, litteris:

No que tange ao mérito do habeas corpus, pretende o impetrante o trancamento do Inquérito Policial nº 0005806-60.2019.8.16.0153, ao argumento de ser a conduta do paciente

atípica.

No caso em exame, nessa fase embrionária, não se vislumbra ilegalidade ao ponto de se operar o trancamento do procedimento policial.

Conforme entendimento consolidado do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, o trancamento de inquérito por ausência de justa causa, conquanto possível, cabe, apenas, nas hipóteses em que evidenciado, de plano, a atipicidade do fato ou a inexistência de autoria por parte do paciente. Porque assim o é, o habeas corpus cujo trancamento de inquérito se pretende apenas se concede em casos excepcionadísimos. Não se pode, sobremaneira, coibir a atividade regular da polícia judiciária, a requisição do Ministério Público, principalmente quando os fatos não se encontram ainda definidos a uma tipificação. Indiscutível que, no caso concreto, os elementos a serem investigados possam caracterizar estelionato.

Pelo que se depreende dos elementos juntados, instaurou-se investigação contra o paciente não só pela prática do crime de falsidade ideológica, mas também, pelo delito de estelionato, ambos do Código Penal, em seus artigos, 299 e 171, respectivamente.

Isto porque o paciente teria, supostamente, inserido declarações falsas, com o intuito de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, em petição inicial de processo de reparação civil movido contra a empresa TIM S/A., que tramita perante o Juizado Especial Cível da Comarca de Santo Antônio da Platina.

A conduta do paciente teria sido a de fazer constar na petição inicial do processo de reparação civil, na condição de advogado, números de protocolos de reclamações que foram efetuados por pessoas diversas dos seus clientes.

Pois bem, de plano, não se evidencia a atipicidade da conduta ou a inexistência de autoria por parte do paciente – elementos estes que compulsariam a concessão da ordem de trancamento de inquérito.

Além disso, o caso não é isolado. Há notícia de diversos fatos semelhantes em várias cidades do Estado. O que reforça a necessidade de melhor averiguação do caso e demonstra ser precipitado o trancamento do inquérito por esta via.

[...]

Sabe-se que, nos casos de trancamento do inquérito por manifesta atipicidade do fato ou pela extinção da punibilidade por quaisquer de suas hipóteses, a decisão concessiva de habeas corpus tem força equivalente às decisões absolutórias.

Ainda que não mais se trate de análise liminar, o presente mandamus, por sua natureza, constitui um processo de cognição sumária e limitada.

Por esta razão, é prudente que o prosseguimento do inquérito policial - que se presta a averiguação da autoria e das circunstâncias de um fato aparentemente delituoso - seja assegurado.

Ademais, não se vislumbra, no prosseguimento da

investigação preliminar, violação a direito do ora paciente, que poderá articular toda a matéria de defesa no momento processual oportuno (fls. 35/57).

Destarte, porque não evidenciado o constrangimento ilegal, não é possível a concessão do habeas corpus tendente ao trancamento do Inquérito Policial que apura a prática de falsidade ideológica e estelionato contra o paciente GEOVANE CERANTO ALBERGARIA.

O trancamento prematuro de ação penal ou investigação criminal somente é possível quando ficar manifesto, de plano e sem necessidade de dilação probatória, a total ausência de indícios de autoria e prova da materialidade delitiva, a atipicidade da conduta ou a existência de alguma causa de extinção da punibilidade, ou ainda quando se mostrar inepta a denúncia por não atender o comando do art. 41 do Código de Processo Penal – CPP.

Na hipótese, na esteira da fundamentação dada pelo Tribunal de origem, a requisição do Ministério Público para abertura do inquérito policial descreve de as supostas condutas delituosas que teriam sido praticadas pelo paciente, que, em tese, configuram crimes previstos nos arts. 171 e 299, ambos do Código Penal – em petições iniciais de ações cíveis movidas em face de operadora de telefonia, o paciente, na condição de advogado, teria informado dados e números de protocolos que não corresponderiam aos atendimentos solicitados por seus clientes, como objetivo de angariar indenizações por danos morais e materiais.

Em caso semelhante, no âmbito do HC n. 535.140-PR, já decidiu o Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA:

Conforme já mencionado, o paciente está sendo alvo de investigação criminal porque, na condição de advogado de Maria Aparecida Gonçalves, teria apresentado petição inicial contendo informações falsas a respeito de protocolos de reclamação da empresa de telefonia TIM S/A.

A falsidade ideológica em documento particular ocorre quando a verdade é modificada em documento produzido por alguém determinado com a finalidade de comprovar um fato, ainda que este fato seja uma vontade. A falsidade, portanto, constata-se quando o autor do documento tem o dever de dizer a verdade e não o faz.

Na mesma linha, Guilherme de Souza Nucci ensina que documento é uma peça que tem possibilidade intrínseca (e extrínseca) de produzir prova, sem necessidade de outras verificações. No entanto, a

petição de advoga é constituída de alegações (do início ao fim) que merecem ser verificadas e comprovadas. Por tal motivo, não pode ser considerada documento. Em suma, não vale por si mesma (NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. Rio de Janeiro: Forense, 14ª ed. 2014, p. 1236).

Nesse sentido:

Falsidade ideológica: afirmação de fato inverídico em petição: hipótese de atipicidade. 1. A petição em processo judicial ou administrativo só faz prova do seu próprio teor; não, porém, da veracidade dos fatos alegados. 2. Por isso, de regra - isto é, salvo nos casos excepcionais em que a lei imputa ao requerente o dever de veracidade - a inserção em petição de qualquer espécie da alegação de um fato inverídico não pode constituir falsidade ideológica. 3. Caso, por outro lado, em que a veracidade ou não da questionada afirmação de fato era indiferente ao deferimento da petição de simples vista de processo administrativo para extração de cópias que interessassem à defesa do peticionário. (HC 82605, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, julgado em 25/02/2003, DJ 11-04-2003 PP-00038 EMENT VOL-02106-03 PP-00630)

HABEAS CORPUS. ARTIGOS 299 E 304 DO CÓDIGO PENAL. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. DECLARAÇÃO DE POBREZA FALSA. OBJETIVO DE OBTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. CONDUTAS ATÍPICAS. ORDEM CONCEDIDA.

1. Somente se configura o crime de falsidade ideológica se a declaração prestada não estiver sujeita a confirmação pela parte interessada, gozando, portanto, de presunção absoluta de veracidade.

2. Esta Corte já decidiu ser atípica a conduta de firmar ou usar declaração de pobreza falsa em juízo, com a finalidade de obter os benefícios da gratuidade de justiça, tendo em vista a presunção relativa de tal documento, que comporta prova em contrário.

3. Ordem concedida para trancar a ação penal. (HC 218.570/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 16/2/2012, DJe 5/3/2012)

Ao que se tem, a conduta narrada pode traduzir uma violação ao dever de lealdade, conforme o art. 77, inciso I, do Código de Processo Civil, podendo acarretar sanções pela prática de ilícito processual na forma dos arts. 799, 80 e 81 da Lei n. 13.105/2015, além

Superior Tribunal de Justiça

de, eventualmente, poder resultar em responsabilização do advogado nos termos do art. 34, inciso XIV, da Lei n. 8.906/1994.

Conclui-se, assim, que a conduta descrita não configura ilícito de natureza criminal, mas meramente civil e administrativa, sujeita às sanções correlatas.

Ante o exposto, não conheço do presente habeas corpus. Contudo, concedo a ordem de ofício para trancar o inquérito policial instaurado em desfavor do ora paciente.

Desse modo, adotando as mesmas razões de decidir da decisão acima transcrita, entendo ser o caso de dar provimento ao presente Recurso em *habeas corpus*.

Por oportuno, é de se destacar que o acórdão recorrido faz menção às decisões proferidas no âmbito dos *HCs n. 537.661/PR e 539.930/PR*, de Relatoria da Min. LAURITA VAZ e do Min. JORGE MUSSI, respectivamente afirmando que, no ponto em comento, divergiram do entendimento consolidado, destacado na decisão acima transcrita da lavra do Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA. Contudo, os *HCs n. 537.661/PR e 539.930/PR* não foram conhecidos por afronta à súmula n. 691, do Supremo Tribunal Federal, sem que o mérito da impetração tenha sido analisado.

Por fim, em que pese haver pedido expresso de sustentação oral formulado às fls. 140/141, deixo de levar o presente recurso à julgamento colegiado para dar-lhe provimento nos termos regimentais.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea c, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, dou provimento ao presente Recurso em *habeas corpus* para determinar o trancamento do Inquérito Policial n. 0005806-60.2019.8.16.0153.

Publique-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator